

CADÊ A MÃE? ENSAIO SOBRE A (IN)VISIBILIDADE E (DES)VALORIZAÇÃO DAS EKEDES, AJOIÊS, IAROBÁS E MAKOTAS NAS NARRATIVAS ETNOGRÁFICAS DAS COMUNIDADES DE TERREIRO

Andrea Natividade Montenegro*

André Luis Nascimento dos Santos**

RESUMO

Este artigo em formato de ensaio é um trabalho de natureza qualitativa. Nele, para além da análise de narrativas etnográficas que dão conta da patente invisibilidade de gênero, sobretudo no que concerne a um dado segmento do sacerdócio das religiões de matriz africanas vivenciado especificamente por mulheres, traz consigo também um fazer etnográfico, fruto da voz do ator feminino e as suas observações ativas na sua vivência em espaços religiosos de matriz africana de Salvador e da Região Metropolitana. Em linhas gerais, o objeto deste ensaio é tratar a questão de gênero nas Comunidades de Terreiro a partir do questionamento da (in)visibilidade e (des) valorização das Ekedes, Ajoíês, Iarobás e Makotas, em especial nos campos dos estudos afro-brasileiros, um silêncio que desconsidera a importância dessas mulheres na vida e na ação política das comunidades tradicionais de terreiros, algo que transcende o campo religioso e perpassa inclusive o campo da gestão social, algo que transborda para dentro e para fora das suas respectivas comunidades. Dessa maneira, as reflexões buscam inspirar novas investigações e a produção de conteúdo científico que registre e evidencie a importância do reconhecimento do papel dessas mulheres religiosas para suas Comunidades de Terreiro, bem como, para a narrativa nacional afrobrasileira, uma narrativa que se espera, convirja para a construção de uma sociedade mais justa e com iguais oportunidades para todos.

Palavras-chave: Gênero. Comunidades de Terreiro. Ekedes. Makotas.

ABSTRACT

This research has a qualitative - ethnographic nature, presents information through documentary analysis and active observations in religious spaces of African origin in Salvador and the Metropolitan Region. It deals with the gender issue in the Terreiro of Communities questioning the (in) visibility of Ekedes, Ajoíês, Iarobás and Makotas, especially in the fields of Afro-Brazilian studies, considering the performance of these women in the most diverse sectors, including in the social and political fields into and out of their communities. Thus, the reflections seek to inspire new investigations and the production of scientific content that record and highlight the importance of recognizing the role of Ekedes, Ajoíês, Iarobás and Makotas for their Terreiro of Communities and for the construction of a more just and equal society opportunities for all.

Keywords: : Gender. Terreiro Communities. Ekedes. Makotas.

* Especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Email: aldcoutinho@gmail.com

**Professor da Escola de Administração da UFBA e, atualmente, vice-diretor da mesma escola. Email: andreluisnascimentosantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A batalha incansável do movimento feminista, em especial do movimento de mulheres negras apresenta-se de forma expressiva na Constituição de 1988. Essa carta magna nos seus processos de formulação conseguiu garantir a isonomia jurídica entre homens e mulheres, tanto na esfera familiar, como na esfera de trabalho. Ao proibir a discriminação no mercado de trabalho em razão do sexo, criou na sociedade brasileira o caminho para repensarmos as questões de gênero na vida social, algo que paulatinamente o movimento de mulheres foi construindo espaços de reivindicação e garantia de acessos.

De modo complementar e subsidiário, as legislações complementares e ordinárias foram se somando às determinações constitucionais, ampliando o rol de garantias de modos a superarmos o machismo institucionalizado. Dentre essas leis, destaca-se o novo Código Civil de 2002 que trouxe uma atualização das questões de gênero para o âmago das nossas relações civis, um verdadeiro avanço institucional em comparação com o antigo código de Beviláqua de 1916.

Se no plano nacional vivenciamos ao

final da década de 1980 um verdadeiro avanço na proteção dos direitos fundamentais femininos no cenário da nossa história legislativa; na esfera internacional esse movimento também pode ser observado. A partir do pós-guerra, uma série de tratados sobre os direitos humanos das mulheres foram firmados na segunda metade do século XX, culminando as vésperas do alvorecer do século XXI na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU que ocorreu em Pequim, 1995.

As questões de gênero remontam aos primórdios da humanidade. As formas e os modelos de opressão de gênero foram se constituindo e se transformando de acordo com as circunstâncias históricas e sociais que foram sendo experienciadas pela humanidade nos seus processos de evolução e involução. A desigualdade de gênero foi se constituindo indispensável tanto para a sociedade patriarcal da antiguidade (que nos acompanha até os dias de hoje) como para o sistema econômico capitalista que passou a se impor no projeto de modernidade.

Na Bahia, um dos nascedouros do Candomblé no Brasil, a participação

política da mulher negra e pobre se deu desde a chegada das primeiras africanas escravizadas. O protagonismo dessas mulheres é notado pelas diversas ações de resistência que foram praticadas ao longo dos anos de escravidão e do pós-abolição. Como o Brasil pode se esquecer da ação política e solidária das irmandades de mulheres negras e suas estratégias para adquirir alforrias? Como o Brasil pode se esquecer da influência das mulheres negras nos processos de educação dos filhos e filhas dos senhores brancos de outrora e dos senhores brancos de hoje, estes que se constituem a nossa elite do atraso, aqui parafraseando Jessé Souza (2017) Como o Brasil pode se esquecer dos afetos reinventados por essas mulheres nessa nova versão das tradições familiares africanas em solo brasileiro? Muitas dívidas para ainda muito poucos reconhecimentos...

Essa é a deixa para enfrentarmos o debate colocado por esse ensaio, qual sejam as tensões de gênero que se colocam dentro dos terreiros no âmbito das hierarquias, tensões essas que foi acatada pelas narrativas antropológicas que se debruçaram sobre as comunidades tradicionais de terreiros no século XX. Em que pese à cosmovisão estabelecida dentro dos Candomblés apontem para

certa mitigação dessas tensões, a verdade é que essas relações baseadas na questão de gênero aparecem de inúmeras formas no cotidiano das casas de Axé. O que podem os homens e o que não podem as mulheres? Qual a função de cada um desses sujeitos no âmbito do culto e da comunidade? Quais os limites do poder feminino estabelecido pela liderança face aos poderes masculinos estabelecidos pela força? Essas são tensões que a contemporaneidade cada vez mais constringe os terreiros a se refletirem.

Neste ensaio, gostaríamos de tratar especificamente de um claro negligenciamento de gênero historicamente estabelecido em torno de um cargo de sacerdócio exercido por mulheres no âmbito das comunidades tradicionais de terreiros. Causa-nos curiosidade e uma ingrata surpresa a constatação de que muito embora dentro dos terreiros seja de fundamental importância à atuação religiosa, política, econômica e social das Ekedes, Ajoíês, Iarobás e Makotas, existem uma evidente invisibilidade das suas trajetórias e protagonismos não só no âmbito das produções acadêmicas, como, também, no âmbito das narrativas acerca dos feitos dessas mulheres no panteão das ancestralidades compartilhadas.

Nesse sentido, faz-se necessário questionar: Por que existe uma lacuna em relação às Ekedes, Ajoieês, Iarobás e Makotas nos campos dos estudos afro-brasileiros? Por que há uma invisibilidade deste posto/cargo hierárquico das Comunidades de Terreiro que tem um equivalente masculino, quais sejam, os Ogans, Tatas ou Huntós, estes que de forma tão recorrente são investigados, registrados e publicizados no âmbito acadêmico e altamente considerados e dignificados nos meios religiosos, social e científico? Não são elas parte necessária na engrenagem de funcionamento dos templos religiosos? Há um esquecimento ou uma negligência proposital? Sob algum aspecto são os papéis masculinos mais relevantes que os femininos? Os conteúdos da cultura ocidental hegemônica impregnaram os conteúdos sobre a visão de mundo e sobre a questão de gênero nas Comunidades de Terreiro?

Nessa perspectiva, o presente ensaio se justifica na medida em que espaços como as Comunidades de Terreiro precisam ganhar maior destaque na esfera científico acadêmico, a partir da perspectiva de olhares oriundos dessas comunidades. Embora o campo de estudos acerca das religiosidades afro-brasileiras seja razoavelmente

consolidado, o mesmo ainda apresenta grandes déficits em relação às temáticas de gênero, pouco ainda vem sendo abordada por pesquisadoras e pesquisadores das ciências sociais e humanas nesse campo e suas intersecções com gênero, raça e outros marcadores de diversidades, oferecendo assim um espaço extraordinário a ser explorado.

Esse é um trabalho fruto da monografia defendida por Andrea Montenegro, sob a orientação do professor André Luis Nascimento dos Santos no âmbito da Especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. No que concerne à metodologia utilizada, este ensaio é orientado por uma pesquisa qualitativa, contendo elementos de análise bibliográfica, escuta de atores chaves, bem como, insights de natureza etnográfica, fruto da vivência da pesquisadora Andrea Montenegro seja no âmbito do seu sacerdócio religioso no qual ocupa ao longo dos seus 21 anos de iniciação o cargo de Equede do Terreiro Ilê Axé Oyá Tolá, casa religiosa sob a liderança feminina da Iyalorixá Raidalva dos Santos; seja no âmbito das redes de relacionamentos interpessoais, tanto quanto as vivências experimentadas no

campo social na condição de agente governamental de políticas públicas da cultura, de mobilização das comunidades para as questões dos remanescentes de quilombos, de mulheres negras e das Comunidades de Terreiro.

1. EKEDES, AJOIÊS, IAROBÁS E MAKOTAS – UM ESQUECIMENTO OU NEGLIGÊNCIA PROPOSITAL

Em autores clássicos da bibliografia científica afro-brasileira, a exemplos de Nina Rodrigues, Edison Carneiro, Vivaldo da Costa Lima, Rute Landes, Roger Bastide, Artur Ramos, Donald Pierson entre outros, identifica-se que foram realizadas diversas pesquisas sobre o negro no Brasil. Em uma época que interessou a antropologia e as ciências sociais de um modo geral emitir teorias sobre os processos de formação da sociedade brasileira, a Bahia se constituiu em verdadeiro universo de investigação, donde o candomblé se estabeleceu como um verdadeiro laboratório de observações.

Ocorre que boa parcela dos estudos sobre a religião afro-brasileira produzidos até então transitam sobre o entendimento e a reflexão de temas como a formação e a organização das Comunidades de Terreiro, a sua cosmovisão e o matriarcado, o espaço de liderança e o

poder feminino. Ademais, outros assuntos como a musicalidade, a doutrinas, os dogmas, a sacralização de folhas, o sacrifício de animais, e os processos oraculares e divinatórios ganharam também relevo.

No entanto, existem inúmeras outras dimensões e variáveis que constituem a dinâmica das Comunidades de Terreiro para as quais não foram dedicados olhares mais zelosos. Dentre estes temas, apontam-se as discussões mais acentuadas e aprofundadas de gênero intracomunidades, as relações interpessoais dentro dos terreiros e às tantas disputas no campo simbólico em torno das hierarquias e seus micropoderes, enfim, a miríade de aspectos da vida privada dos terreiros que se por um lado não são atraentes como objeto de pesquisa das ciências sociais, são certamente temáticas relevantes para a dinâmica dessas comunidades.

Refletindo sobre a temática do mérito das mulheres nas liturgias dos Candomblés, bem como, nas relações de convivência e sobrevivência dentro e fora dos limites territoriais dessas comunidades, remontam a memória de luta e resistência desses sujeitos mulheres ao longo desta história do Brasil da escravidão e do pós-abolição. Nesse

cenário, a mulher negra foi instada a buscar alternativas que pudessem manter suas famílias a partir de trabalhos que necessariamente não estavam postos para os homens negros, essa certamente foi uma realidade muito comum do pós-abolição.

Percebe-se que certo empreendedorismo negro pautado no gênero feminino foi de fundamental importância para a subsistência e sobrevivência das famílias negras no pós-abolição. Nos dias de hoje, esse empreendedorismo parece ser reinventado por práticas empreendedoras que continuam existindo a partir das periferias através da ação mobilizadora de mulheres.

Retornando às famílias de santo, de acordo com Vivaldo da Costa Lima (2003), existiriam três princípios em que se baseia o candomblé: “respeito à autoridade paterna e ao princípio de senioridade e a solidariedade do grupo”. Nestes termos, a presença hierárquica nas comunidades tradicionais de terreiros possuem estruturas organizacionais bem delineadas e difundidas, algo que se traduz em uma verdadeira divisão do trabalho. A gradação na hierarquia se dá de acordo com o aprendizado e as heranças ancestrais do sujeito apurada ao

longo dos longos rituais de iniciação.

Não sem razão, cada um das funções e cargos que serão exercidos pelos iniciados, respondem a ritos e obrigações diferenciadas, tanto no que se refere ao trato religioso, como no trato social dentro da comunidade. Essa é a razão pela qual os processos iniciáticos destinados aos indivíduos que entram em transe (que são chamados popularmente de “rodantes”, mas que nas diversas nações recebem nomes tais como, yaôs, muzenzas ou ahehun/vodunsi) são distintos de outras categorias de sacerdócio.

Essa é a razão pela qual as mulheres que são designadas pelas divindades para serem iniciadas na função de Ekedes, Ajoîês, Iarobás e Makotas passem por rituais diferenciados. O mesmo ocorre com os homens nos cargos equivalentes às mulheres nas diversas nações, quais sejam, Ogãs, Tatas e Huntós. Nestes termos, mulheres e homens escolhidos e sagrados como pais dessas entidades que representam a energia e a força da natureza, tem com função específica no seio da comunidade o dever de zelar pelos orixás, voduns, inkisesses ou encantados, além de cuidar de todos os filhos de santo

da roça e de outros terreiros.

Essas mulheres são chamadas de “mães” e esses homens de “pais”. As culturas ancestrais africanas recriadas no Brasil não negam a dualidade dos elementos, mas as reconhecem e as valorizam. Alguns papéis nas Comunidades de Terreiro são baseados nas diferenças de sexo e gênero, são relacionados a funções desenvolvidas – que são complementares e que não deveriam dizer respeito a distintas esferas sociais que definem o lugar que cada um “deve ocupar”.

Nesse sentido, se há um responsável masculino pelo sacrifício de animais, há também um responsável feminino que os prepare adequadamente para ser oferecido às divindades e à própria Comunidade. Há sempre uma correspondência entre os fazeres e os cuidados dentro de uma casa de candomblé. Não existe finalização de procedimentos sem interações entre os diversos sujeitos que constituem a família de Santo.

Assim, quando as folhas são retiradas do seu lugar de origem pelos homens, ao chegar ao terreiro, são os sujeitos mulheres que realizam os processos de seleção e processamento com os devidos cânticos de

“encantamento” para transformá-las em um banho ou chá sagrado. As atividades citadas são realizadas por homens e mulheres regularmente nas Comunidades de Terreiro e ilustram a complementaridade baseada nos princípios trazidos, oralmente, do continente africano.

No entanto, as competências das *ekedes* são comumente definidas nas bibliografias consultadas apenas como: a dama de honra dos Orixás/Voduns/Inkisses regente da casa. Zeladora ou acompanhante para dançar, cuidadora das roupas e apetrechos do Orixás/Voduns/Inkisses da casa, além dos demais filhos e até mesmo dos visitantes. Há ainda quem diga que são uma espécie de “camareira” que atua sempre ao lado dos Orixás/Voduns/Inkisses e que também cuida dos objetos pessoais dos zeladores e zeladoras.

É como se historicamente a literatura afro-brasileira tivesse invisibilizado e negligenciado a importância dessas mulheres que junto com as matriarcas e patriarcas mantiveram a chama de resistência do povo negro nessa recriação das famílias separadas pela diáspora. Esquecimento ou negligência, a verdade é que as *Ekedes*,

Ajoîês, Iarobás e Makotas são uma página em branco ou nota de rodapé dentro de uma narrativa afro-brasileira que sugere esquecer a relevância, importância e preponderância das mulheres nos processos de reconstrução dos elos cindidos da diáspora.

Esse é um tema que nos faz reconhecer a colonialidade do gênero que aflora, principalmente no período pós-colonial, impregnada na construção de uma memória cultural sobre a mulher negra que repete os prejuízos sobre seus direitos, sua história e sua identidade, gerados a mais de quinhentos anos.

2. OLHA PRA MIM QUE EU ESTOU FALANDO COM VOCÊ – UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE O SER EKEDES, AJOIÊS, IAROBÁS E MAKOTAS

Uma ekede desempenha funções estratégicas em Comunidades de Terreiro de todos os portes. Independente da sua origem, sua idade, formação, raça, etnia, ela atua, mesmo que de forma empírica em diferentes áreas do conhecimento, nestes termos, é sempre uma presença transdisciplinar.

Desde os primeiros momentos da iniciação, a quantidade de informações é

muito grande, independente da Comunidade de Terreiro da qual faça parte e de que origem étnica sua Comunidade tenha. O caminho é longo e cheio de desafios. É necessária paciência e resistência. São inúmeras as limitações, as novidades, as renúncias, os conflitos. Mas, o encontro com sua fé, à convicção de que foi escolhida por um deus ou deusa africana, que se conectou com sua ancestralidade e que desenvolverá com eles (as) uma ligação única, além de ter a certeza de fazer parte de um novo grupo social – uma família estendida é indescritível.

A partir da cerimônia pública de apresentação de uma Ekedes, Ajoîês, Iarobás e Makotas, a sua Comunidade e a sociedade religiosa automaticamente a legitima como “mãe” e as expectativas são imensas. Lembro o quanto ouvi a pouco mais de duas décadas: “seja forte”, “tenha resignação”, “sinta-se especial, mas não melhor do que qualquer outro”, “o desafio começa agora!”, “lidar com gente não é brincadeira!”, “tenha resiliência”, e na verdade, naquele momento de puro êxtase ligeiramente buscamos saber onde está a verdade nesses inúmeros votos. A resposta é: em todos e mais.

O papel de uma Ekedes, Ajoîês, Iarobás e Makotas passa longe da

descrição apresentada nas publicações e pesquisas realizadas no campo acadêmico. Suas atribuições não se iniciam e encerram quando Orixá/Vodun/Inkisse está presente “em terra” - no terreiro. Em sua maioria, elas são elementos fundamentais para as liturgias de iniciação de novos membros e para os rituais e cerimônias relativas ao Orixá/Vodun/Inkisse com o qual firmou compromisso e os demais. Embora seja considerada autoridade, a Ekedes, Ajoîês, Iarobás e Makotas pode estar nos lugares mais simples e desempenhar as funções mais singelas ou executar as demandas mais complexas ou em espaços de elevada distinção social, política, acadêmica e etc.

Nas atribuições não documentadas das Ekedes, Ajoîês, Iarobás e Makotas estão os planejamentos das festas e obrigações (levantando as demandas junto ao zelador ou zeladora, dando ciência às partes envolvidas, fazendo reuniões, mobilizando pessoas, estimando custos, captando recursos, distribuindo tarefas e convites e se preparando para possíveis imprevistos). Durante o dia da cerimônia é imprescindível que a programação tenha sido combinada com o zelador/zeladora para fins de assistência e orientação dos membros mais jovens da comunidade;

elas também atuam na montagem e decoração dos espaços públicos e dos espaços sagrados restritos; além das atividades largamente retratadas nas bibliografias. Findas as cerimônias, incumbem-se da desarrumação dos espaços e acompanhamento dos zeladores/zeladoras na finalização dos rituais.

São responsáveis pela transmissão de muitos saberes que só a vivência e a oralidade são capazes de transmitir. A despeito de não entrar em transe são dotadas de outros tipos de mediunidades, como intuição, visão ou audição que as auxiliam no cotidiano da Comunidade de Terreiro e na vida.

Quando qualquer iniciado que entra em transe visita outra Comunidade de terreiro, um lugar sagrado ou celebração religiosa pública, acompanhado de uma Ekede, Ajoîê, Iarobá ou Makota, normalmente os relatos confirmam sobre a sensação de segurança, garantia e proteção que sentem em estar assistidos por elas.

Afora as questões religiosas, as Ekedes, Ajoîês, Iarobás e Makotas constituem laços afetivos muito estreitos com os membros da comunidade, por isso apoiam seus muitos “filhos e filhas” de forma física, emocional, psicológica,

social, financeira e educacional. As Ekedes, Ajoieês, Iarobás e Makotas dão a liga, promovem a integração, transformam o individual no coletivo. São, em sua maioria, as intermediárias entre a comunidade e a liderança religiosa. Muitas vezes as ocorrências são resolvidas em sua instância e só chegam aos zeladores/zeladoras quando já estão encaminhadas.

De forma muito natural é criada uma rede de apoio e solidariedade entre as Ekedes, Ajoieês, Iarobás e Makotas, intercomunidades de terreiro, que se constituem como um mecanismo de proteção e promoção de resistência e resiliência. Essa rede dá conta de aspectos pragmáticos como: fornecedores de produtos e serviços, trocas de experiências sobre procedimentos litúrgicos – considerando principalmente o princípio de senioridade, seus signos e significados e outros. Mas também, consideram questões de autoestima individual e coletiva, a solidariedade, dignidade humana, alegrias e tristeza, medo ou afeto, a convivência social, as estratégias de sobrevivência e de preservação da identidade cultural. Quando se identificam em qualquer espaço, automaticamente, essas mães se reconhecem como irmãs, se solidarizam,

se amparam, se auxiliam e entendem que a sua interdependência é estratégica.

Na atualidade, considerando variáveis como as questões de gênero, a violência, o racismo, xenofobia, a educação e a intolerância religiosa, as atuações dessas senhoras, que são educadoras natas e formadoras de opinião se ampliaram e elas podem ser encontradas em instâncias participativas da sociedade junto às gestões públicas, nos centros acadêmicos, no poder judiciário e executivo, buscando mais espaço no poder legislativo e em instâncias de poder e decisão, nos setores de comunicação e produção de conteúdos, como empreendedoras, como produtoras de cultura e arte.

São mulheres preocupadas com a luta por direitos políticos e sociais, ainda enfrenta dilemas em termos de representatividade. Mas, encontram-se como uma grande inspiração, porque vencem a falta de privilégios em comparação com os cargos masculinos semelhantes (Ogãns, Tatas, Huntós), representam exceções em um mundo onde a falta de visibilidade e oportunidades tende a favorecer um gênero, em detrimento de outros.

3. SUA BÊNÇÃO MÃE – CUIDANDO DA MEMÓRIA DAS ESCOLHIDAS

“A memória é um espaço de luta política”
Martín Almada

Enquanto não é possível perceber movimentos de mudança nos campos dos estudos afro-brasileiros quanto ao olhar sobre as Ekedes, Ajoíês, Iarobás e Makotas nas Comunidades de Terreiro, é visível que elas mesmas tomem as rédeas dessas narrativas. Assim como as mulheres do pós-escravidão, as mulheres de santo que atravessaram o século XX e adentram ao século XXI, promovem as mudanças necessárias, buscando a consciência coletiva e o fortalecimento das mulheres para a equidade de gênero.

Enfatizamos neste ensaio dois trabalhos contemporâneos de altíssima referência, quais sejam, os livros: "Equede - A Mãe de Todos" de Equede Sinha (2016) e "Meu caminhar, meu viver" de Makota Valdina Pinto Oliveira (2013).

Na atualidade, Equede Sinha como é conhecida Gersonice Azevedo Brandão, uma das principais sacerdotisas do Ilé Àṣẹ̀ Ìyá Nasò Oká – Terreiro da Casa Branca, publicou o livro "Equede - A Mãe de

Todos", uma obra primordial que traz a autobiografia que reitera a relevância, a deferência e o valor do cargo que desempenham as ekedes. A sua narrativa lança luzes sobre esse sacerdócio de mulheres que na vida da comunidade são protagonistas da luta diária por reconhecimento, dignidade e aquisição de direitos, um movimento que Equede Sinha é narradora e personagem desses processos ao longo de seus quase 50 anos de dedicação ao candomblé, na condição de mãe de todos e todas.

Estas senhoras na condição de mães que são (todas são chamadas assim independente de serem iniciadas na mais tenra infância, na juventude ou na maturidade) já “nascem grandes”, o que significa que seu tempo de aprendizado e seus saberes serão acumulados de uma outra forma, em outro espaço-tempo e desde sempre a elas caberá o cuidar da comunidade religiosa, zelando assim pelo equilíbrio desses espaços sagrados. Não sem razão, um dos relatos de Ekede Sinha aponta para essa ancestralidade que acompanha o ser equede: “dentro de nossa religião, a maturidade chega muito cedo e tive forças para superar e honrar meus compromissos como mãe biológica e mãe espiritual que sempre fui”.

Hoje na condição de coordenadora nacional do Instituto *Nacional* de Tradição e Cultura Afro-Brasileira – INTECAB, Ekede Sinha (2016) declara de forma assertiva que a Equede (e as suas derivações em outras nações) é uma das principais administradoras da sua Casa espiritual. “Sou responsável por deixar tudo preparado. Então, vou à feira, faço compras, ajudo a arrumar a casa. Preparamos tudo para a líder”.

Para além dessa gestão administrativa, Equede Sinha (2016) demonstra de modo reflexivo e implicado a importância do engajamento nas lutas contra a intolerância religiosa e pelos direitos das mulheres. “Atualmente, temos mais consciência de nossa identidade. Sabemos que temos os mesmos direitos de todos os outros” e “(...) por todas essas dificuldades, o terreiro tornou-se um espaço de resistência”.

Nessa oportunidade, Equede Sinha de forma vanguardista afirma e evidencia a relevância da atuação das Ekedes, Ajoieês, Iarobás e Makotas na sociedade em defesa de seus direitos, pelo uso da voz sem mediação, pelo protagonismo de batalhas coletivas contra o desrespeito religioso e o racismo.

De modo notável dá conhecimento de que as equedes (e suas derivações) também podem ocupar qualquer um dos cargos/postos da hierarquia de uma casa de candomblé. “Já tivemos equede-ialorixá, equede-iaquequerê, equede-iamorô”, contrariamente aos registros e opinativos nas bibliografias consultadas onde o lugar das Ekedes, Ajoieês, Iarobás e Makotas eram bem limitados.

Assegura com muita propriedade como as Ekedes, ajoieês, iarobás e makotas são figuras essenciais na manutenção do costume de abrigar, perceber o que as pessoas, os/as filhos/as, têm e precisam expressar, e nutrir a prática de família estendida, tão essenciais à resistência das populações negras escravizadas trazidas para o Brasil.

Antecede, bravamente, os registros de equede Sinha, a publicação “Meu caminhar, meu viver” de Valdina de Oliveira Pinto (2013), educadora, líder comunitária e ativista brasileira, iniciada na religião do Candomblé em 1975, momento no qual recebeu o nome litúrgico de Makota Zimewaanga, tendo se imortalizado na sociedade brasileira como a Makota Valdina.

Foi distinguida como verdadeira porta-voz das religiões de matriz africana, pela constante luta pelos direitos da

população negra, das mulheres negras, contra o racismo e a intolerância religiosa, pela igualdade de direitos e por uma sociedade menos preconceituosa e racista.

Na condição de membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, Makota Valdina recebeu diversas condecorações tais como, o Troféu Clementina de Jesus da UNEGRO, o Troféu Ujaama, a Medalha Maria Quitéria e medalha de Mestra Popular do Saber.

Essas duas mulheres figuram como verdadeiros exemplos que reforçam a necessidade de valorizar esse lugar de sacerdócio exercido por essas mulheres que se dedicam a de modo integral às suas comunidades. Nessa vivência sacerdotal, exercitam lugares de poder e são atores aptos a mobilizar as estruturas internas e externas aos terreiros, possibilitando assim a quebra dos sistemas de dominação e opressão que ainda nos acompanham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse ensaio que sinaliza a invisibilidade do papel de mulheres honorificamente designadas como Ekedes, Ajoíês, Iarobás e Makotas em alguns candomblés de Salvador e Região

Metropolitana, questiona a existência de uma lacuna em relação à trajetória e a importância dessas mulheres no campo dos estudos afro-brasileiros. Nesse sentido, algumas reflexões se nos colocam, as quais a partir de então passamos a expor, quais sejam:

1. Não existe esquecimento na produção científica das Ekedes, Ajoíês, Iarobás e Makotas, mas uma inobservância, uma desatenção, uma omissão intencional que as destitui do lugar de sujeitos ativos ou passivos do conhecimento. Isso abre uma verdadeira agenda de pesquisa para analisar o lugar do gênero tanto nos clássicos da antropologia afro-brasileira, como no próprio processo de construção das narrativas do candomblé;

2. A percepção do campo nos sugere que houve (e ainda há) processos implícitos de discriminação e preconceito no que se refere a dar visibilidade às mulheres, em promover seu protagonismo, em especial a categoria referenciadas no estudo. Haja vista que os documentos analisados, em sua maioria são de autoria masculina. Nesse sentido, acreditamos que as desigualdades de gênero não são procedimentos orgânicos, são resultados de desdobramentos

históricos e culturais que podem e devem ser suplantadas;

3. É possível notar no campo que as mulheres vêm paulatinamente tensionando o debate de gênero dentro e fora dos terreiros. As suas sacerdotisas cujas obras foram analisadas neste trabalho são exemplos desses fluxos e refluxos que terminam por provocar transformações no centro do sistema social vigente que é sexista e opressivo. Nestes termos, a representatividade de mulheres importa e as mulheres negras e de candomblé são fontes profundas de preservação coletiva da memória e do processo de formação da identidade da sociedade Bahia;

Cada uma dessas reflexões apresenta implicações de novas reflexões e abre espaço para inúmeros desafios a serem articulados em estudos acadêmicos e no debate público dentro das comunidades tradicionais de terreiros.

Sem a memória não há estudo, não há conhecimento e muito menos as múltiplas racionalidades que compõe o pensamento humano.

Além do engajamento das Ekedes, Ajoieis, Iarobás e Makotas de hoje, o resgate da memória histórica dessas mulheres é uma das formas de evidenciar o quanto os modelos são importantes para as gerações futuras e o quanto as mulheres, em especial as mulheres negras são capazes de criar e reinventar. Ainda há muito o que fazer em relação à igualdade de gêneros, apesar das conquistas ao longo dos anos; se ninguém o fizer, elas o farão.

Ser Ekede, Ajoie, Iarobá ou Makota é ter alegria, ter satisfação, ter amor e sobretudo fé, mas é uma vida de muita luta e compromisso também; é cuidar indiscriminadamente ou como bem disse Equede Sinha: “Equede é mãe. De Exu a Oxalá”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARD, François. “**Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural**”, 2003. In: Brant, Leonardo. *Diversidade Cultural*. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

BRAGA, Júlio. **A cadeira de Ogã e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

BRANDÃO, Gersonice Azevedo. “**Equede - A Mãe de Todos**”, Editora Barabô, BA, 2016

CARNEIRO, Édison. **Candomblés da Bahia**, 1961.

CARBEIRO, Sueli; CURY, Cristiane. **O poder feminino no culto aos orixás**, 1993.

COSTA LIMA, Vivaldo da. **“O conceito de ‘nação’ nos candomblés da Bahia”**, Afro-Ásia, n.12, p. 65-90, 1976.

_____. **Lessé Orixá**, Editora Corrupio, 2010.

_____. **“Nações-de-candomblé”**. Em: COSTA LIMA, Vivaldo da (org.). Encontro de nações-de-candomblé. Salvador: Ianamá/CEAO/CED, 11-26 (Estudos Documentos, 10), 1984.

LANDES, RUTH. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LORO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Valdina Pinto. **Meu caminhar, meu viver**, 2013.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso. Da Escravidão à Lava Jato**. LEYA, 2017.